

Autor:

João Paulo Martins Ferreira

jpmferreira82@gmail.com

Título:

A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)

Como citar esta apresentação:

João Paulo Martins Ferreira, «*A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº3, 2018, pp. 121-132.

DOI: 10.21747/21839301/gua3ap

A NOBREZA GALEGO-PORTUGUESA DA DIOCESE DE TUI (915-1381)¹

João Paulo Martins Ferreira
CEPESE-Universidade do Porto
Investigador do Projecto MELE

Com as reformas administrativas de Diocleciano, Braga transformou-se no centro nevrálgico da nova província da Galécia, um espaço sócio-político que dava coerência à identidade comum dos diversos povos estabelecidos no convento bracarense, lucense e de Astorga. Durante este período, lançaram-se as bases de uma complexa rede de poder temporal e espiritual, que se manifestou na sobrevivência da autoridade plurissecular da sua província eclesiástica.

Nos seus inícios, a diocese e o convento bracarense abarcavam uma larga franja territorial que englobava todo o espaço costeiro entre a linha do Douro e o rio Lérez, um curso de água situado no norte da actual província de Pontevedra. Apesar dos múltiplos factores que aproximavam a metrópole bracarense de urbes como Lugo, Iria-Flávia ou Astorga – que, por essa altura, já detinham uma centralidade própria –, o Lérez terá funcionado como a primeira fronteira entre a Galiza portugalense e lucense. A sul, o Douro separava a Galécia da antiga Lusitânia, província dominada pelas elites hispano-romanas estabelecidas em Mérida.

Contudo, a lenta derrocada da autoridade imperial e o advento dos reinos suevo e visigodo desencadeariam metamorfoses profundas nesta arquitectura de poderes, sendo de assinalar as sinergias criadas pelos intermitentes períodos de expansão da influência sueva a segmentos significativos da Lusitânia.

Entretanto, o norte galego viu-se a braços com os efeitos negativos de incursões sazonais de piratas germanos de origem vândala, situação que constituiria um factor de bloqueio à plena afirmação da autoridade sueva e visigoda. Nesta fase, as monarquias germanas basearam muita da sua coesão interna na consolidação do velho mapa diocesano romano, sendo que as mudanças operadas responderiam apenas a falhas estruturais geradas por um povoamento pouco urbanizado e, em algumas regiões, bastante incipiente.

Assim sendo, as incursões de pirataria germana no vale do Minho terão ajudado a colocar a nu a insustentabilidade da manutenção do vasto perfil geográfico da diocese bracarense. A resposta a este desafio viria na forma da desagregação das dioceses de

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Tui, Ourense e Porto da diocese bracarense, numa data indeterminada entre o primeiro e o segundo concílio de Braga.

Apesar de alguns autores defenderem a pertença de Tui e Ourense à esfera de influência lucense, somos da opinião que o Paroquial Suevo deixa bem claras as similitudes no regime de povoamento de cada um destes espaços, sendo de assinalar a convivência entre paróquias católicas e *pagi* arianas – que se plasmou na existência de bispos de ambas as confissões no mesmo espaço diocesano.

Neste novo contexto importa realçar o papel de charneira das dioceses do Porto e de Tui, já que a primeira constituía uma espécie de marca eclesiástica em relação ao espaço lusitano e que a segunda serviria de eixo articulador entre a esfera lucense e portugalense, visto que ocupou uma faixa territorial entre a ria de Vigo e o segmento português do Lima.

Tal como no período romano, Tui terá sido casa de contingentes militares visigodos, que vigiavam o litoral galego-português e a estrada que ligava Braga a Iria-Flávia, e chegou a ser uma incubadora de experiências governativas – como aquela que envolveu a constituição de uma espécie “corte privativa” de Witiza na cidade.

Por outro lado, sabemos que até às invasões muçulmanas Tui apresentou uma sucessão contínua de bispos, estabelecendo assim um fio condutor ao longo de processo de povoamento da região e garantindo uma eficaz evangelização das suas comunidades rurais. A sua constante aparição em posições de destaque durante diversos concílios gerais e províncias permite-nos traçar algumas cronologias vitais e avaliar, de uma forma algo subjectiva, a sua proeminência dentro do clero galego.

Todo este caminho de desenvolvimento viria a ser dramaticamente interrompido pelas surtidas muçulmanas, visto que os contingentes invasores chegaram a saquear a própria urbe tudense, obrigando as elites da diocese a buscar abrigo em Iria-Flávia. Neste mesmo período, o exílio lucense dos arcebispos de Braga lançaria as bases de um longo pleito pela dignidade metropolitana e por diversas rendas e senhorios provenientes desta diocese.

Todavia, o carácter superficial da presença muçulmana a norte do Douro prenunciava o rápido ritmo da reconquista astur-leonesa ao longo da segunda metade do século IX. Durante este período, as sucessivas presúrias de Tui, Chaves, Porto e Coimbra, foram intercaladas por algumas surtidas de pirataria muçulmana e normanda nas costas galegas, sendo que no segundo caso constituíram um prolongamento das iniciativas bélicas já praticadas no sul islâmico.

Não é por isso de estranhar que, em zonas marítimas e ribeirinhas mais vulneráveis, os efeitos positivos do processo de reorganização e repovoamento preconizado pela velha aristocracia condal se tenham tornado palpáveis somente várias décadas mais tarde. No caso específico do vale do Minho, os diligentes esforços iniciados em 854 por Afonso Betotes (e pela sua linhagem) resultaram numa primeira restauração da diocese tudense em 915, altura em que o bispo D. Hermígio, tio do célebre mártir S. Paio, se instalou na cidade.

Entretanto, as velhas estirpes condais, descendentes de Ero Fernandes, Afonso Betotes, Vímara Peres e Hermenegildo Guterres, davam os primeiros passos na criação

de uma intrincada rede de relações familiares, que contribuiria para a consolidação da sua autoridade territorial.

Se a linhagem de Afonso Betotes investiu mais num programa de miscigenação com a família dos condes de Portucale, chegando a assumir a liderança desta casa ao longo do século X e nos inícios do XI, graças ao casamento de Mumadona Dias com Hermenegildo Gonçalves (filho de Gonçalo Betotes), os descendentes de Ero Fernandes optaram por uma estratégia mais diversificada, unindo-se tanto à casa condal de Coimbra como à de Portucale, bem como a famílias de menor condição social.

Atendendo a este contexto, somos da opinião que a ascensão de Hermenegildo Gonçalves dentro da casa condal portugalense terá contribuído para uma fusão da autoridade que exercia em Portucale com aquela que detinha nos territórios a norte do Lima, não sendo por isso de todo improvável que a jurisdição política sobre as terras da antiga diocese de Tui tenha sido transmitida de uma forma hereditária entre os condes de Portucale e, até mesmo, ao conde D. Henrique.

Esta situação terá arredado os restantes membros da família de Afonso Betotes para um patamar secundário, sendo que as linhas provenientes de figuras como Tedão Betotes e Bermudo Pepes se dedicaram ao povoamento de franjas periféricas dos domínios condeais situadas na desembocadura dos vales do Ave, Cávado e Lima. Terá sido neste contexto que se operou fundação de Vila do Conde, a presúria da vila de Fão ou a própria fundação do cenóbio de S. Salvador da Torre, por exemplo.

Entretanto, no interior ourensano afincara-se uma das principais linhas de descendentes de Ero Fernandes, os Celanova, que provinha directamente do conde Guterre Mendes, filho do presor de Coimbra, e de Ildoara Eriz, filha do conde lucense. Apesar de estarem estabelecidos principalmente em torno das terras de Celanova, Limia, Nóvoa, Caldelas e, até, de Valadares, o seu vasto património estendia-se desde o norte da Galiza até ao próprio condado de Coimbra, onde detinham bens nos arredores de Coimbra e em Quiaios.

De entre as diversas linhas que brotaram deste grupo familiar devemos destacar a linha de Froila Guterres, avô paterno da esposa do conde portugalense Mendo Gonçalves e de Afonso de Celanova, provável pai do conde Vasco de Celanova, marido de Gontrode Nunes, tia do malogrado conde portugalense Nuno Mendes. Deste último casal nasceu Nuno Vasques de Celanova, pai de Gomes Nunes de Pombeiro e dos seus irmãos, célebres apoiantes galegos do projecto político do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques. Somos da opinião que desta família descendem os Barbosa e também os Lima, Nóvoa e Valadares, por via de Aires Calvo da Galiza, ou seja, de Aires Nunes de Valadares, provável filho de Nuno Vasques.

Estamos em crer que o enlace de Gontrode Nunes dentro desta família lhes terá aportado um importante capital político e patrimonial, sendo que este último se centraria em grande parte no Alto Minho. A antiquíssima ascendência desta linhagem, que mesclava o sangue do conde lucense e dos condes de Coimbra e Portucale, transformava os Celanova numa peça essencial do xadrez político entre os poderes galegos e portugueses nas primeiras décadas da nacionalidade.

Graças à colaboração de Gomes Nunes de Pombeiro com os portugueses nos seus projectos de ocupação das terras de Toronho e Limia – ou seja, das duas grandes marcas

territoriais estabelecidas a norte do Minho –, os Celanova viram-se despojados do seu património fronteiriço e obrigados a firmar novas alianças matrimoniais que consolidassem e sua posição em Portugal. Este vazio de poder no sul da Galiza acabaria por ser preenchido pelos ramos provenientes de Aires Calvo.

Apesar das inúmeras mudanças de fidelidade ocorridas desde o século XII e da sua implantação transfronteiriça, somos da opinião que os Lima e Nóvoa acabaram por assumir o papel dos Celanova em território galego e que os Valadares se tornaram herdeiros do seu património português.

A ascendência condal deste “cluster” familiar terá assegurado a estas linhagens (Celanova, Barbosa, Lima, Nóvoa, Vilalobos, Valadares, Sarraça e Pias) o capital social necessário para desenvolverem alianças matrimoniais com famílias de enorme peso social – como os Trava – e com membros da própria família real portuguesa e leonesa. Entre os restantes ramos descendentes de Ero Fernandes devemos destacar aquele que procede de Monio Guterres, um dos irmãos de S. Rosendo, já que este deu origem ao volátil conde coimbrão Froila Gonçalves, através do seu filho Gonçalo Moniz e da sua esposa Mumadona Froilaz.

A fama nefasta da família de Froila Gonçalves advém do facto de ter pactuado com as investidas de Almançor, de forma a que este lhe prestasse apoio nas suas iniciativas usurpadoras no vale do Vouga contra os bens dos seus parentes Sandino Soares e Fernando Sandines. Os anticorpos gerados por esta conduta acabaram por ser duplicados aquando da perda de Coimbra, acontecimento que iria ditar o esmorecimento da carreira dos seus filhos e, até, a deslocalização de um deles para o espaço galego. Falamos de Rodrigo Froilaz, pai de Froila Rodrigues, avô de Bermudo Froilaz, bisavô de Froila Bermudes e trisavô de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I e de Pedro Froilaz de Trava, patriarcas de todos os ramos de Trava (Trava-Trastâmara, Palmeira, Tougues, Pereira, Homem e Froiã).

No que concerne aos Trava, podemos constatar que o seu envolvimento nos sucessos do nosso espaço fronteiriço limitou-se apenas à acção de Rodrigo Peres Veloso, aquando das incursões de Afonso Henriques em Limia, e às iniciativas de um conjunto de senhoras casadas na região – a título de exemplo, lembremo-nos apenas do caso de Teresa Bermudes de Trava esposa de Fernão Aires Batissela.

Contudo, um dos ramos dos Pereira reencetaria um processo de paulatina reaproximação à fronteira galego-portuguesa, através de uma meticulosa política matrimonial orientada para este espaço. Este caminho teve início no casamento de Gonçalo Rodrigues da Palmeira com Fruilhe Afonso de Celanova, do qual nasceu Rui Gonçalves de Pereira, pai de Pero Rodrigues de Pereira, esposo de Maria Pires Gravel (uma Valadares), de quem teve Pero Pires Homem, marido de Teresa Anes Redondo (uma Velho) e patriarca dos Homem-Froiã, e Gonçalo Pires de Pereira, pai de Gonçalo Gonçalves, cónego de Tui que foi pai de Álvaro Gonçalves de Pereira, prior do Hospital e pai do *Santo Condestável*.

Por sua vez, os Velho, uma das principais linhagens do Entre-Minho-e-Lima desde os alvares do século XII, também foram descendentes de Ero Fernandes e de Afonso Betotes, por via dos Baiões e dos senhores da Várzea. Julgamos que este prestigiante parentesco pode ser explicado da seguinte forma: do casamento de Gondesendo Eriz

com Enderquina Mendes *Pala* nasceu Soeiro Gondesendes, pai de Sandino Soares e de Gondesendo Soares; por sua vez, este último foi pai de Honorigo Gondesendes e de Arualdo Gondesendes de Baião, pai de Gondesendo Arualdes de Baião – figura da qual procedem os Baião e os Azevedo –, de Cresconho Arualdes – patriarca dos Urgeses – e de Galindo Arualdes de Baião; do matrimónio deste último com Emiso Froiaz nasceu Troitesendo Galindes de Paiva e Soeiro Galindes da Várzea, personagem que, ao se casar em primeiras núpcias com Goína Pais, deu origem a Nuno Soares Velho I. Segundo Almeida Fernandes, esta senhora seria descendente de Paio Bermudes, Bermudo Pepes e de um filho anónimo de Afonso Betotes. Assim sendo, tudo indica que o património dos Velho no Entre-Minho-e-Lima tenha origem nesta linhagem condal e não nos Baião ou nos senhores da Várzea, que mantinham os seus domínios mais junto a Braga e ao vale do Cávado.

Na nossa opinião, a presença destas famílias entre as últimas gerações da velha aristocracia condal, surgindo lado a lado com Nuno Mendes e a sua família, leva-nos a colocar sérias reticências sobre a natureza “infancional” de muitas das linhagens fundacionais e a reponderar as causas da sua adesão aos projectos políticos de Fernando Magno e Garcia II, já que esta poderá corresponder a um plano de suplantação do ramo dominante da aristocracia condal por parte de ramos secundários desta, que, devido a vicissitudes evolutivas, permaneceram acantonados em nichos regionais do espaço galego-português.

Na nossa opinião, o constante envolvimento da aristocracia condal portugalense na conturbada política leonesa e em querelas com outras estirpes condais terão fragilizado a sua posição nos seus domínios naturais, deixando-os vulneráveis às investidas normandas e muçulmanas. A própria perda de Coimbra terá retirado à esfera portugalense uma importante zona tampão e despoletado um recuo de vários contingentes populacionais, aumentando assim a pressão sobre os territórios da família condal e, até, sobre as periferias destes.

No caso específico da diocese de Tui, podemos verificar que, durante a transição do século X para o XI, se operou uma verdadeira destruição da organização social que se vinha a consolidar desde os tempos da presúria. Os múltiplos ataques da pirataria normanda e muçulmana aos núcleos populacionais que se aglutinavam nas Rias Baixas e nos cursos inferiores dos rios Minho, Lima e Cávado terão levado a um recuo das populações para zonas mais interiores, sendo que vários bispos de Tui abandonaram a cidade e se instalaram em cenóbios do espaço ourensano. Porém, os episódios mais dramáticos prendem-se com dois momentos de destruição da própria cidade de Tui: o primeiro resultou da célebre surtida muçulmana contra Santiago e o segundo do violento saque do vale do Minho preconizado pelas forças do rei normando Olaf Haraldson.

O clima de desorganização da diocese seria de tal ordem que, em 1024, o monarca leonês decidiu passar a jurisdição deste território para a igreja de Iria-Santiago; situação que se prolongaria até 1069, altura em que, fruto do assassinato do bispo de Iria-Santiago, se instalou em Tui o bispo D. Jorge, figura responsável pela restauração definitiva da diocese tudense em 1071.

A destruição provocada por este período de instabilidade terá contribuído para o desaparecimento dos fundos documentais da maioria das instituições eclesíásticas estabelecidas na região e, por outro lado, para um certo nível de indigência das elites locais.

Assim sendo, podemos pressupor que, tal como a maioria da aristocracia infancional portugalense, os senhores a norte do Lima terão aderido massivamente à agenda política de Fernando Magno, que, ao intervir na reconquista das terras do velho condado de Coimbra, terá percebido a real viabilidade de uma substituição da velha aristocracia condal por uma nova classe emergente.

Com efeito, podemos constatar que na raia galego-portuguesa se instalaram: os Velho, ramo secundário dos senhores da Várzea e, por isso, descendentes directos de Ero Fernandes – por via dos Baião – e de Afonso Betotes – através de Goína Pais, descendente de Bermudo Pepes, um dos netos do presor de Tui –, e os Celanova, descendentes de Ero Fernandes e Hermenegildo Guterres – dada a ascendência dos pais de S. Rosendo – e de Afonso Betotes e Vímara Peres – graças à ascendência de Gontrode Nunes, irmã do conde Mendo Nunes e tia do malgrado Nuno Mendes.

A extinção ou deposição da família condal catapultaria imediatamente estas famílias e os seus ramos secundários para a cúspide da nova oligarquia aristocrática, não sendo por isso de estranhar a sua proeminência durante o período decorrido entre Pedroso e o final do reinado de D. Afonso Henriques.

No fundo, a agenda política engendrada durante os reinados de Fernando Magno e Garcia II assentava em pressupostos muito simples: na consolidação de um modelo de autonomia/soberania galega assente na arquitectura administrativa (civil e eclesíastica) herdada do período romano e suevo-visigodo; na construção de uma nova centralidade política em torno do território de Portucale, que mimetizaria a plurissecular predominância que Braga mantivera sobre todo o espaço galécio; na substituição da família condal portugalense por uma nova elite dirigente, que mesclava o sangue condal (galego, portugalense e conimbricense) com elementos de origem puramente infancional; na reconstituição do mapa diocesano da velha Galécia romana e suevo-visigoda, plasmável na restauração da diocese de Braga e na restituição da sua dignidade metropolitana, bem como na restauração de inúmeras novas dioceses (como Tui, Ourense ou Porto, por exemplo); na consolidação interna das estruturas de povoamento do espaço galego, através de múltiplos incentivos ao clero regular e secular e às sinergias mantidas entre estas instituições e a nobreza local; e na contínua expansão do espaço galego às custas do território muçulmano – especialmente daquele que pertencera ao condado de Coimbra e, porventura, de todo aquele que fizera parte da antiga província da Lusitânia.

Este hipotético cenário seria especialmente atractivo para as gentes da fronteira, já que a sua ascendência na aristocracia condal a colocaria na vanguarda deste movimento e que Tui se tornaria novamente num espaço de articulação de um vasto reino da Galiza. Por outro lado, a sua desvinculação de Iria-Santiago colocava-os novamente dentro da sua esfera de influência tradicional, ou seja, dentro do raio de acção portugalense e da arquidiocese de Braga. Acreditamos que, atendendo à preservação de algumas fontes (como o Paroquial Suevo, por exemplo), a antiga

pertença do território tudense e ourensano ao convento e diocese bracarense fosse sobejamente conhecida entre estas novas elites.

Todo este ideário político terá ganho pujança durante o reinado de Garcia II, visto que foi neste período que se deram os primeiros passos desta transformação. Durante este reinado gizou-se a restauração de Braga e de algumas das suas principais sufragâneas (como Tui), consolidaram-se os laços com a aristocracia Portucalense – principalmente através das relações pessoais que Garcia manteve com os Ribadouro – e consumou-se a aniquilação da autoridade condal em Pedroso.

Apesar de ter existido um certo alheamento de Afonso VI em relação a esta agenda política, podemos constatar que este não perdeu interesse na gestão dos conflitos remanescentes do reinado do seu irmão, pelo que podemos considerar a nomeação de Paio Guterres da Silva para o cargo de vicário régio como uma espécie de paliativo para as convulsões geradas pela morte de Nuno Mendes e pela deposição de Garcia II.

As prováveis origens leonesas dos Silva e a confiança pessoal do monarca transformavam Paio Guterres da Silva numa espécie de substituto da autoridade condal e, ao mesmo tempo, num poder mediador entre os “infanções” e o poder régio.

A própria situação geográfica do seu solar familiar – a torre da Silva, no julgado de Froiã – parece denunciar estas circunstâncias específicas, visto que se encontra no principal ponto de articulação entre a Galiza lucense e portucalense, ou seja, no coração da antiga diocese de Tui.

Todavia, os Silva cedo encontraram o seu lugar entre as principais estirpes da região, sendo de realçar as uniões dos filhos de Paio Guterres, Gomes Pais da Silva e Pero Pais Escacha, com senhoras oriundas dos Velho e dos Celanova. Gomes Pais casou com Urraca Nunes Velho, filha de Nuno Soares Velho II e de Mor Pires Perna, filha do casamento do seu irmão Pero Pais Escacha com Elvira Nunes de Celanova, irmã do célebre conde Gomes Nunes de Pombeiro. Deste último casamento nasceu Fernão Peres Cativo, patriarca dos Soverosa, linhagem rica em carreiras e vivências transfronteiriças.

Apesar de Afonso VI ter investido na manutenção de uma aparente autonomia da região galego-portuguesa, através da governação do conde D. Raimundo e de D. Urraca, os pressupostos do projecto autonómico galego não tiveram a continuidade necessária, por força do constante envolvimento deste na política leonesa e da sua incapacidade em travar as investidas muçulmanas a sul.

Com efeito, a chegada de D. Henrique a Portucale acabou por ressuscitar as sinergias geradas durante o reinado de Garcia, visto que conseguiu estabelecer um espaço cortesão onde se alinhavam os interesses do clero bracarense, enquanto cabeça de uma igreja portucalense, e de uma vasta nobreza galego-portuguesa, que ainda recordava os pressupostos necessários para a restauração de uma soberania galega de base portucalense. Este alinhamento passava necessariamente pela conquista política e social de um espaço onde coincidissem as arquitecturas do poder laico e eclesiástico, ou seja, na constituição de um reino autónomo que se sobrepusesse à rede diocesana dependente da autoridade metropolitana de Braga.

De forma a consumir a construção de uma nova “Galiza portucalense”, D. Henrique e Afonso Henriques souberam atrair para o seu partido as principais famílias galego-portuguesas oriundas da fronteira; todos os ramos dos Velhos, dos Celanova-

Barbosa, dos Silva-Soverosa, dos Toronho-Montor e vários Trava-Trastâmara, assumiram o seu apoio ao movimento político português.

Hoje, o desconhecimento das cláusulas estabelecidas no pacto sucessório (1104-1105?) impede-nos de avaliar a extensão das cedências de Raimundo ou o nível de comprometimento de D. Henrique com o “partido franco”; porém, podemos especular que o conde de Portucale deverá ter conseguido do seu cunhado a promessa de lhe entregar toda a Galiza ou, pelo menos, o reconhecimento de uma autonomia alargada que abrangeria o seu condado e todos os seus feudos pessoais em Astorga, Zamora, nas Astúrias e em Toronho e Limia.

Embora o conde D. Henrique tenha mantido uma certa fluidez no seu posicionamento político, somos da opinião que o pacto sucessório terá ajudado a clarificar os objectivos mínimos e máximos aos quais D. Teresa e D. Afonso Henriques poderiam almejar, sendo a soberania portugalense e a anexação de Toronho e Limia o quinhão mínimo a que deveriam aspirar.

A pertença da diocese de Tui aos territórios da antiga diocese de Braga e do convento bracarense, bem como a sua integração no património político dos condes de Portucale a partir dos tempos de Hermenegildo Gonçalves, e as origens galego-portuguesas (e condais) das suas elites locais, davam à diocese de Tui um natural sentido de pertença à esfera portuguesa.

No fundo, o choque entre D. Teresa e D. Afonso Henriques não se prende com o objetivo global dos seus esforços – ou seja, a construção de um novo reino galego, de maior ou menor expressão territorial –, mas sim no sistema de alianças que construíram para atingir esse fim. Enquanto Teresa buscou um alinhamento com os Trava e, conseqüentemente, com a centralidade emanada de Santiago, D. Afonso Henriques limitou-se a prosseguir a política do seu pai, dando força a Braga e às elites portuguesas e galego-portuguesas que afluíram à sua corte.

Todavia, encontramos uma enorme continuidade nas iniciativas de captação de apoios entre as elites laicas e eclesiásticas de Toronho e Limia e nos contínuos esforços de ocupação desta região. A traição de Gomes Nunes de Pombeiro e de Rodrigo Peres Veloso, plasmada no célebre episódio do Bafordo de Valdevez, e a passividade de várias famílias atestam bem o seu nível de adesão à causa portuguesa.

Entre as linhagens que se pautaram pela sua inacção encontramos os Toronho-Montor, parentes próximos de Gomes Nunes de Pombeiro devido ao casamento de Fernão Anes de Montor com Urraca Gomes de Pombeiro. Deste casamento nasceu Paio Curvo de Toronho, senhor que manteve a tenência desta terra mesmo durante a ocupação portuguesa.

As investidas contra as terras de Toronho e Limia estenderam-se até 1169, altura em que D. Afonso Henriques se viu obrigado a abdicar dos seus territórios galegos devido à sua captura por Fernando II após o cerco de Badajoz.

Devido à permanente ameaça do avanço português, Toronho ganhou a forma de uma verdadeira marca territorial composta por várias terras menores, coincidentes com os diferentes arcebispos tudenses e dominadas por uma significativa rede castelar. À cabeça desta marca estava Tui e, conseqüentemente, as suas elites eclesiásticas e laicas. Quanto a Limia, sabemos que corresponderá às terras ourensanas conquistadas pelos

portugueses e que, dada a sua relação umbilical com Toronho, terá sido agregada ao enorme arciprestado de Ribadavia (terra da Nóvoa).

Do nosso lado, manteve-se o perfil territorial do Alto Minho, dominado por uma rede castelar mais exígua, que viria a ser densificada através do crescimento de diversas vilas fortificadas transversais à linha de fronteira.

Apesar da retirada portuguesa, a diocese de Tui conseguiu manter a sua dimensão transfronteiriça, estabelecendo relações extremamente cordiais com Braga e com os monarcas portugueses. Entretanto, a rede familiar transnacional a que já aludimos acabou por crescer e densificar-se, garantindo uma enorme mobilidade geográfica transfronteiriça aos seus membros, que, para além de possuírem parentescos e património dos dois lados da fronteira, circulavam livremente entre as cortes de Portugal, Leão e Castela. A natureza quase quotidiana desta interpenetração tornava-se ainda mais dinâmica em períodos de crise política entre os dois reinos, já que várias figuras de ascendência galego-portuguesa usavam as suas mais-valias sociais para ganharem posição em Leão e na Galiza.

Embora a emigração portuguesa em Leão e na Galiza fosse um fenómeno que já se verificava desde os finais do reinado de Afonso VII e inícios do de Fernando II, os movimentos transfronteiriços tiveram um enorme incremento após a morte de Sancho I e a crise de 1211, sendo de destacar a implantação do bastardo régio Martim Sanches no espaço galego e a sua subsequente surtida contra o Alto Minho.

Ao longo dos últimos anos do reinado de Afonso IX, instalou-se na corte leonesa um partido português, que antagonizava o processo de centralização de poderes iniciado no reinado de Afonso II e que apoiava uma sucessão em Leão por via das infantas nascidas do casamento entre o monarca leonês e a Infanta Teresa Sanches.

Contudo, a unificação de Castela e Leão e a dinâmica expansionista de Fernando III no espaço andaluz transformou Castela no principal ponto de destino dos emigrantes portugueses, sendo que, entre a segunda metade do século XIII e primeira metade do XIV, se continuaram a verificar importantes permutas de capital humano entre os dois lados da fronteira galego-portuguesa. A título de exemplo, podemos invocar os enlaces e presenças dos Limas em território português, as múltiplas aparições dos Cerveira na documentação monástica do sul da Galiza, a constituição de senhorios de Sarraças e Pias a norte do Minho ou até a imigração dos Novais para Portugal.

Na verdade, os “clusters” familiares transfronteiriços criados até 1169 foram-se consolidando por via de múltiplos enlaces com outras famílias que partilhavam este mesmo espaço regional. Entre elas encontravam-se os Novais, os Rodeiro, os Churrichão, os Vilarinho, os Fornelos (Castro de Fornelos), os senhores de Bravães, os Deza, os Maldonado, os Soutomaior, os Charinho, os Marinho, os Calheiros, os senhores de Arga, os Meira e muitas outras.

Chegados ao século XIV, podemos verificar uma certa harmonia tanto nas relações do clero tudense com a igreja e coroa portuguesa como nos laços familiares estabelecidos entre as elites locais; um equilíbrio que era completamente alheio à gradual construção de uma fronteira político-militar.

Todavia, o arco bélico composto pela guerra civil entre petristas e trastamaristas, pelas guerras fernandinas e pela guerra luso-castelhana ocorrida durante e depois da

crise de 1383-85, criaria cisões profundas entre as elites galego-portuguesas. Com efeito, as elites petristas galegas souberam buscar exílio e apoios em Portugal, instigando D. Fernando a reclamar o trono castelhano. Na raiz deste alinhamento de interesses estaria o ódio à nova dinastia castelhana e não o retorno a um plano de construção de um reino galego-português.

Entre os principais arautos do partido trastamarista encontravam-se os Soutomaior, que, devido à sua posição destacada entre as elites laicas e eclesiásticas tudenses, conseguiram organizar a defesa de algumas das principais praças do sul da Galiza contra o avanço português.

Curiosamente, as constantes mudanças de partido ocorridas durante este período acabariam por criar cisões profundas dentro de algumas das principais linhagens galego-portuguesas.

No caso dos Soutomaior podemos verificar que, apesar da maioria da família ter apoiado a nova dinastia castelhana, Soeiro Anes de Parada acabou por se juntar aos portugueses, tendo perdido todos os seus bens na Galiza.

No caso dos Lima e Nóvoa podemos constatar que os primeiros acabaram por se radicar em Portugal, em Arcos de Valdevez, enquanto os segundos permaneceram na Galiza – mesmo depois de terem colaborado com D. Fernando de Castro nas suas campanhas militares.

No caso dos Silva, operou-se uma dispersão pelos dois reinos, visto que alguns ramos permaneceram na corte do Mestre de Avis e outros estabeleceram morgadios familiares em Castela, sustentados pelo seu parentesco próximo com os Tenório.

De um ponto de vista eclesiástico, temos de destacar a secessão dos territórios portugueses da diocese de Tui em 1381, devido à constituição de uma colegiada de cónegos portugueses em Valença do Minho. Este processo acabou por ser uma consequência das fracturas geradas entre o clero português e castelhano durante as guerras fernandinas e durante o Grande Cisma do Ocidente.

Após várias décadas de litígio, a comarca eclesiástica de Valença do Minho acabaria por passar para a arquidiocese de Braga, constituindo-se depois como a actual diocese de Viana do Castelo. Somos da opinião que este terá sido o último capítulo de um longo processo de consolidação da fronteira minhota, encerrando assim um período de plurissecular osmose transfronteiriça.

Todos estes dados resumem as informações apresentadas na nossa dissertação de doutoramento, que se encontra estruturada da seguinte forma: numa primeira parte, denominada “A Antiga Diocese de Tui: Território, Igreja, Política e Sociedade” e dividida em quatro partes – “O Território”, “A Igreja”, “Tui e a Evolução do Ocidente Peninsular” e “A Convivência Social entre as duas Margens do Minho” –, analisamos o cenário geográfico, a expressão territorial da diocese de Tui, a configuração das terras de Toronho e Limia, a configuração sócio-territorial do Alto Minho, a evolução da diocese desde o seu nascimento até à sua primeira restauração em 915, a influência das incursões normandas e muçulmanas no falhanço desta primeira restauração, a evolução da diocese desde a sua restauração em 1071 até cisão de 1381, a relação entre a reconstituição do mapa diocesano bracarense e o projecto soberanista português, a relação sócio-política estabelecida entre Portucale e os territórios a norte do Lima

devido à ascensão dos descendentes de Afonso Betotes dentro da casa dos condes de Portucale, a continuidade do projecto soberanista de Garcia II na governação de D. Henrique e Afonso Henriques, todas as quezílias fronteiriças posteriores a 1169, a cisão provocada pela guerra civil castelhana e pelas guerras fernandinas, todos os sinais de convivência entre os poderes laicos e eclesiásticos dos dois lados da fronteira, os principais movimentos migratórios na esfera galego-portuguesa e todos os casos que, de alguma forma, influenciaram o espaço tudense; numa segunda parte, denominada “As Linhagens Galego-Portuguesas” e dividida em três secções – “De Aristocracia Condal a Infanções e Ricos-homens (Séculos IX a XI)”, “A Segmentação das Linhagens (Séculos XII a XIV)” e “O Desenvolvimento de Novas Linhagens com o Patrocínio da Coroa” –, apresentamos um nutrido estudo genealógico sobre a evolução e segmentação das principais linhagens oriundas da nossa região.

No nosso texto genealógico optámos por fazer uma leitura horizontal das gerações, em vez de uma leitura vertical de cada linha e ramo da família, com o propósito de evidenciar todos paralelismos e divergências dos diferentes grupos familiares que ocupam a mesma geração. Apenas a família de Afonso Betotes escapa a este processo, devido ao reduzido número de indivíduos pertencentes a esse grupo.

A estrutura genealógica destes grupos encontra-se representada graficamente num conjunto de árvores genealógicas disponibilizadas em formato digital. A distribuição geográfica do património de todas as famílias da região também se encontra representado cartograficamente num anexo próprio.

A primeira parte deste estudo genealógico é dedicada aos descendentes de Ero Fernandes e Afonso Betotes, enquanto a segunda parte desenvolve o “cluster” familiar dos Velho (Velho, Bravo, Redondo, Zote, Vasquinho, Gato, Mourão, Barreto e Cerveira), dos Celanova (Celanova, Barbosa, Lima, Nóvoa, Vilalobos, Valadares, Sarraça, Pias, Penela, Gravel e Gabere), do ramo dos Trava que conduz aos Homem-Froião (enfatizando as suas relações familiares com os Palmeira, Tougues e Pereira), dos Silva-Soverosa (visto que os segundos descendem de Pero Pais Escacha, um genro de Gomes Nunes de Pombeiro) e os Toronho-Montor (família de Fernão Anes e de Paio Curvo de Toronho, também eles parentes próximos de Gomes Nunes). Por fim, na última secção analisamos a evolução dos Soutomaior e dos Nóbrega-Aboim/Portel, famílias que, apesar das suas origens modestas, conseguiram ascender através de um alinhamento com os interesses da coroa ou do alto clero local.

Graças aos seus múltiplos enlacs com várias famílias locais, também tivemos a oportunidade de ir apresentando em nota vários dados e reconstituições de muitos outros grupos familiares (Novais, Churrichão, Fornelos, Bravães, Deza, Maldonado, Meira, Refóios de Lima, Calheiros, Vilarinho, Arga, Charinho, Parada, Lira entre muitas outras).

Ao longo do texto da dissertação fomos apresentando conclusões parciais, que ganharam uma forma mais global nas nossas conclusões finais, ideias que procurámos sintetizar nesta nossa curta apresentação.